Notícias do dia 28 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 6

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Tudo certo - XADREZ 3

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Uma pergunta para Talles Barreto - PONTO E VÍRGULA 4

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Deputados preparam emendas à PEC do Novo Teto de Gastos enviado para adesão de Goiás ao RRF
. 5

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
CGE prestará consultoria aos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente 7

GOIÁS AGORA - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
CGE prestará consultoria aos órgãos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente
. 8

IMPRENSA JÁ! ONLINE - GO - ULTIMAS NOTICIAS
TCE - GO
Goiás - CGE prestará consultoria aos órgãos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente
. 9

Tudo certo - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Para fundamentar o relatório que será contrário à extinção do TCM, pela sua posição já manifestada, ainda assim o tucano Talles Barreto diz que vai ouvir o TCE, OAB, Conselho de Contabilidade, AGM e FGM.

Favorito

O prefeito de Gameleira, Wilson Tavares (DEM), chega para disputar a presidência da ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS MUNICÍPIOS (AGM) cacifado, depois da campanha para defenestrar o tucano Paulo Sergio Rezende, ex-prefeito de Hidrolândia.

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/05/5312-1.pdf

Uma pergunta para Talles Barreto - PONTO E VÍRGULA

MARCELO HELENO

O TCM deve ser extinto?

Eu pretendo ouvir o **TCE**, a AGM, a OA B e o Conselho de Contabilidade.

Meu posicionamento pessoal é pela continuidade, porque, além de ser um órgão de fiscalização bem próximo das entidades, faz uma orientação muito forte dos municípios.

É um órgão muito importante para os prefeitos e os vereadores de **Goiás**.

Deputados preparam emendas à PEC do Novo Teto de Gastos enviado para adesão de Goiás ao RRF

Luiza Lopes

As principais preocupações dos deputados estão relacionadas à autonomia financeira do legislativo e do judiciário e o impacto fiscal para a realização de concursos públicos

O governo de Goiás enviou à **Assembleia Legislativa de Goiás** a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para revisão do Novo Regime Fiscal - NRF (Teto de Gastos). A proposta é o passaporte para Goiás ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em discussão na Comissão Mista, a matéria recebeu pedido de vistas dos deputados Adriana Accorsi (PT), Antônio Gomide (PT), Delegado Eduardo Prado (DC), Hélio de Sousa (PSDB), Humberto Teófilo (PSL), Karlos Cabral (PDT), Lêda Borges (PSDB) e Major Araújo (PSL).

O texto visa adequar a lei aprovada em 2019 pela Assembleia Legislativa à Lei Complementar Federal 178, de 2021, ajustando no rol de leis e atos normativos necessários para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Estado de Goiás pleiteia o ingresso desde o início de 2019, a instituição de regras e mecanismos para limitar o crescimento anual das despesas primárias à variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Antônio Gomide explica que o objetivo da emenda é garantir a autonomia do poder legislativo e judiciário, visto que a alteração da Regime Fiscal interfere na questão orçamentária dos poderes. "Engessa o orçamento em função do executivo e isso é o comprometimento a autonomia". Outro argumento do deputado é em relação a prorrogação da possibilidade do teto de gastos. Todos os estados estarão até 2026, a proposta coloca Goiás até 2031 com o Regime de Recuperação Fiscal. "Entendo que são menos investimentos para educação, saúde e segurança que são serviços essenciais".

A nova redação proposta para o art. 40 delimita a vigência do regime, a partir do exercício de 2022 até o final do exercício de 2031, com a abrangência dos três Poderes estaduais, além dos Tribunais de Contas, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos órgãos da administração direta, dos fundos, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes.

O art. 41 estabelece os critérios para a delimitação do teto de gastos e define o índice oficial a ser aplicado para a correção dos valores que o limitarão. Além de determinar que o **Tribunal de Contas do Estado** será o responsável pela confirmação do cumprimento do limite de gastos em cada exercício, por cada Poder e órgão autônomo.

A proposta determina também a inclusão de um anexo próprio, por carreiras e órgãos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias anual, com a previsão da autorização específica e do respectivo impacto fiscal, para a realização de concursos públicos destinados à reposição de vacâncias, a concessão de evolução dos servidores nas carreiras ou qualquer outra vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos ou funções, a alteração de estrutura de carreira e a admissão ou a contratação de pessoal a qualquer título.

Para Gomide, se aprovada a matéria irá interferir diretamente na qualidade do serviço público. "Nós temos visto que o governo Caiado retirou direito dos trabalhadores, licença prêmio, quinquênio, aumentou a aposentadoria para 14 para 25%, retirou recurso da UEG. O servidor já está sacrificado e será ainda mais com o Regime de Recuperação Fiscal porque o peso está, inclusive, no reajuste da data-base".

Segundo o deputado petista, o estado está com superávit de mais de R$ 2 bilhões. "Se o governo está com dinheiro em caixa porque não pagou a dívida e não vai precisar pagar não tem que sacrificar o servidor. A forma que está sendo a tirar a autonomia do estado e passa a coordenação da situação financeira para a União".

O deputado Major Araújo afirmou que independente da possível apresentação de emendas irá votar contrário a matéria. Segundo ele, o pedido de vista foi para compreender o texto e argumentar contra a proposta do estado. "Eu sou contra a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. O estado de Goiás está decretando falência e quer estagnar tudo,

principalmente, o prejuízo que traz ao serviço público já que a realização de novos concursos fica totalmente afetado".

Para o Major Araújo, não é possível adequar a lei de Regime Fiscal do estado de que não possa afetar o direito dos servidores públicos. "A lei federal impõe. São vedações ao estado. E eu estou me baseando é na lei. Qualquer violações a essas vedações a penalidade é a suspensão imediata do RRF e volta a pagar a dívida com o Tesouro Nacional".

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputados-preparam-emendas-a-pec-do-novo-teto-de-gastos-enviado-para-adesao-de-goias-ao-rrf-331606/

CGE prestará consultoria aos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente

Márcia Fabiana

Foi dada a largada para o 3º Prêmio **Goiás** mais Transparente, edição 2021, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência das páginas de acesso à informação dos órgãos e entidades do **Governo de Goiás**. O prêmio será realizado novamente com a parceria entre o **Governo de Goiás** e o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

Neste ano, para suplantar os ótimos resultados alcançados na edição do prêmio em 2020, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) prestará consultoria individual aos órgãos, visando elevar o índice de efetividade dos portais de transparência nos sites das instituições do Poder Executivo. É determinação do governador **Ronaldo Caiado** que esses portais atinjam o grau de excelência em transparência para que a sociedade tenha acesso a todos os dados referentes à gestão estadual.

Serão atendidos pela **CGE**, nas consultorias individualizadas, 37 órgãos, autarquias e fundações integrantes do Poder Executivo goiano, além de 13 empresas públicas e sociedades de **economia** mista. Na edição do ano passado, 83% dos órgãos avaliados alcançaram a Categoria Ouro - Excelência em Transparência, a maior da premiação. A meta dessa terceira edição é chegar próximo de 100% dos participantes premiados nessa categoria.

O que se busca com a consultoria é estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva, o atendimento às exigências legais e às melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados à população goiana.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente integra a pontuação do ranking anual do Programa de Compliance Público de **Goiás**, no qual todos os órgãos estaduais concorrem para apresentar os resultados deste que é um dos maiores programas de integridade executados pelos estados brasileiros e que tem como eixos a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.

Consultoria

O regulamento do prêmio, com as metodologias aplicadas e o checklist dos itens avaliados, será publicado em julho no site da **CGE**. Depois das reuniões de consultoria, entre junho e julho, os órgãos terão o mês de agosto para fazer as adequações. Em setembro, começam as avaliações dos portais de transparência pelas equipes da **CGE** e do **TCE**. A classificação final do Prêmio **Goiás** mais Transparente será conhecida em dezembro, durante os eventos da Semana Internacional de Combate à Corrupção.

Sobre a consultoria, os órgãos estaduais receberam ofício da **CGE** por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sistema de tramitação de processos do Estado, com os detalhes dos procedimentos e as datas das reuniões. Cada uma das instituições deve revisar a avaliação da edição 2020 do prêmio, onde foram mostrados os pontos da página de acesso à informação que ainda não atendiam completamente a metodologia, pontos esses que devem ser corrigidos.

Todas as dúvidas que surgirem ou informações que as equipes responsáveis pelo portal de transparência do órgão não conseguirem solucionar deverão ser encaminhadas em relatório prévio à **CGE** e serão tratadas na reunião de consultoria, realizada de forma virtual. A partir de setembro, quando começa a avaliação das páginas, as consultorias não poderão mais ocorrer.

Site: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/12151-cge-prestara-consultoria-aos-participantes-do-premio-goias-mais-transparente

CGE prestará consultoria aos órgãos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente

Foi dada a largada para o 3º Prêmio **Goiás** mais Transparente, edição 2021, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência das páginas de acesso à informação dos órgãos e entidades do **Governo de Goiás**. O prêmio será realizado novamente com a parceria entre o **Governo de Goiás** e o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

Neste ano, para suplantar os ótimos resultados alcançados na edição do prêmio em 2020, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) prestará consultoria individual aos órgãos, visando elevar o índice de efetividade dos portais de transparência nos sites das instituições do Poder Executivo. É determinação do governador **Ronaldo Caiado** que esses portais atinjam o grau de excelência em transparência para que a sociedade tenha acesso a todos os dados referentes à gestão estadual.

Serão atendidos pela **CGE**, nas consultorias individualizadas, 37 órgãos, autarquias e fundações integrantes do Poder Executivo goiano, além de 13 empresas públicas e sociedades de **economia** mista. Na edição do ano passado, 83% dos órgãos avaliados alcançaram a Categoria Ouro - Excelência em Transparência, a maior da premiação. A meta dessa terceira edição é chegar próximo de 100% dos participantes premiados nessa categoria.

O que se busca com a consultoria é estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva, o atendimento às exigências legais e às melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados à população goiana.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente integra a pontuação do ranking anual do Programa de Compliance Público de **Goiás**, no qual todos os órgãos estaduais concorrem para apresentar os resultados deste que é um dos maiores programas de integridade executados pelos estados brasileiros e que tem como eixos a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.

Consultoria

O regulamento do prêmio, com as metodologias aplicadas e o checklist dos itens avaliados, será publicado em julho no site da **CGE**. Depois das reuniões de consultoria, entre junho e julho, os órgãos terão o mês de agosto para fazer as adequações. Em setembro, começam as avaliações dos portais de transparência pelas equipes da **CGE** e do **TCE**. A classificação final do Prêmio **Goiás** mais Transparente será conhecida em dezembro, durante os eventos da Semana Internacional de Combate à Corrupção.

Sobre a consultoria, os órgãos estaduais receberam ofício da **CGE** por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sistema de tramitação de processos do Estado, com os detalhes dos procedimentos e as datas das reuniões. Cada uma das instituições deve revisar a avaliação da edição 2020 do prêmio, onde foram mostrados os pontos da página de acesso à informação que ainda não atendiam completamente a metodologia, pontos esses que devem ser corrigidos.

Todas as dúvidas que surgirem ou informações que as equipes responsáveis pelo portal de transparência do órgão não conseguirem solucionar deverão ser encaminhadas em relatório prévio à **CGE** e serão tratadas na reunião de consultoria, realizada de forma virtual. A partir de setembro, quando começa a avaliação das páginas, as consultorias não poderão mais ocorrer.

Fonte: **CGE** - **Governo de Goiás**

Site: http://www.goias.gov.br/servico/84-gestao/125074-cge-prestará-consultoria-aos-órgãos-participantes-do-prêmio-goiás-mais-transparente.html

Goiás - CGE prestará consultoria aos órgãos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente

Tech Comunicação Digital

Para elevar ainda mais os índices de efetividade dos portais de transparência dos órgãos e entidades estaduais, o prêmio, que é promovido pelo **Governo de Goiás** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, contará com reuniões de consultoria entre a Controladoria-Geral do Estado e as 50 instituições participantes da edição deste ano

Serão atendidos pela **CGE**, nas consultorias individualizadas, 37 órgãos, autarquias e fundações integrantes do Poder Executivo goiano, além de 13 empresas públicas e sociedades de **economia** mista

Foi dada a largada para o 3º Prêmio **Goiás** mais Transparente, edição 2021, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência das páginas de acesso à informação dos órgãos e entidades do **Governo de Goiás**. O prêmio será realizado novamente com a parceria entre o **Governo de Goiás** e o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

Neste ano, para suplantar os ótimos resultados alcançados na edição do prêmio em 2020, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) prestará consultoria individual aos órgãos, visando elevar o índice de efetividade dos portais de transparência nos sites das instituições do Poder Executivo. É determinação do governador **Ronaldo Caiado** que esses portais atinjam o grau de excelência em transparência para que a sociedade tenha acesso a todos os dados referentes à gestão estadual.

Serão atendidos pela **CGE**, nas consultorias individualizadas, 37 órgãos, autarquias e fundações integrantes do Poder Executivo goiano, além de 13 empresas públicas e sociedades de **economia** mista. Na edição do ano passado, 83% dos órgãos avaliados alcançaram a Categoria Ouro - Excelência em Transparência, a maior da premiação. A meta dessa terceira edição é chegar próximo de 100% dos participantes premiados nessa categoria.

O que se busca com a consultoria é estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva, o atendimento às exigências legais e às melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados à população goiana.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente integra a pontuação do ranking anual do Programa de Compliance Público de **Goiás**, no qual todos os órgãos estaduais concorrem para apresentar os resultados deste que é um dos maiores programas de integridade executados pelos estados brasileiros e que tem como eixos a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.

Consultoria

O regulamento do prêmio, com as metodologias aplicadas e o checklist dos itens avaliados, será publicado em julho no site da **CGE**. Depois das reuniões de consultoria, entre junho e julho, os órgãos terão o mês de agosto para fazer as adequações. Em setembro, começam as avaliações dos portais de transparência pelas equipes da **CGE** e do **TCE**. A classificação final do Prêmio **Goiás** mais Transparente será conhecida em dezembro, durante os eventos da Semana Internacional de Combate à Corrupção.

Sobre a consultoria, os órgãos estaduais receberam ofício da **CGE** por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sistema de tramitação de processos do Estado, com os detalhes dos procedimentos e as datas das reuniões. Cada uma das instituições deve revisar a avaliação da edição 2020 do prêmio, onde foram mostrados os pontos da página de acesso à informação que ainda não atendiam completamente a metodologia, pontos esses que devem ser corrigidos.

Todas as dúvidas que surgirem ou informações que as equipes responsáveis pelo portal de transparência do órgão não conseguirem solucionar deverão ser encaminhadas em relatório prévio à **CGE** e serão tratadas na reunião de consultoria, realizada de forma virtual. A partir de setembro, quando começa a avaliação das páginas, as consultorias não poderão

mais ocorrer.

Fonte: **CGE** - **Governo de Goiás**

Site: http://imprensahoje.com.br/portal/2021/05/28/goias-cge-prestara-consultoria-aos-orgaos-participantes-do-premio-goias-mais-transparente/